



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26-04-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Sob a proteção de Deus, iniciamos a segunda audiência pública de hoje, na Câmara Municipal de São Paulo.

Estão presentes os Vereadores: Celso Giannazi, Coronel Salles, Luna Zarattini, Elaine do Quilombo e Edir Salles. A Luna, eu falei, porque ela está voltando daqui a pouco.

Presidindo a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, declaro aberta a audiência pública convocada para hoje, em cumprimento ao artigo 209 da Lei Orgânica do Município, para apresentação do relatório detalhado e prestação de contas da Educação Municipal, referente ao primeiro semestre de 2023, janeiro/março.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios *On-line*, pelo YouTube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para o pronunciamento remoto foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas.

Informo que as inscrições para pronunciamento presencial estão abertas com a Secretaria da Comissão, por dez minutos. Registro a presença do Vereador Nunes Peixeiro, *on-line*. Gostaria de agradecer imensamente a presença do Secretário de Educação, Prof. Dr. Fernando Padula, que gentilmente aceitou o nosso convite para fazer a prestação de contas desse primeiro trimestre. Quero agradecer também os seus assessores, a Sueli Mondini, que é Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação e o Ronaldo Fernando, que é assessor da Secretaria Municipal de Educação. Gostaria de pedir a gentileza aos colegas e de dar a palavra para o Secretário, para que possamos ouvi-lo e, depois, nós iremos fazer o nosso debate.

Tem a palavra o Secretário Fernando Padula Novaes. A palavra está com você.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Boa tarde, Presidente Edir Sales.

Boa tarde a todos os Vereadores presentes e virtuais, boa tarde a todos que estão assistindo presencialmente e os que estão assistindo virtualmente.

É uma honra estar nessa Comissão, fazendo a nossa prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Primeiramente, só compartilhando os macros números da Secretaria da Educação: são um milhão e 40 mil estudantes. Cabe sempre ressaltar que nós temos, na cidade de São Paulo, nove mil migrantes de mais de 101 nacionalidades na rede municipal, o que mostra a diversidade e pluralidade da nossa rede, 24.000, público da Educação Especial, são 4.103 unidades, sendo 1.533 diretas e 2.570 conveniadas e os 58 CEUs, Centros de Educação Unificados, são 83.257 profissionais, sendo 64 mil professores, mais de 52 mil profissionais que atuam nas unidades parceiras.

Devido ao momento atual, a Câmara Municipal também acompanha e eu queria começar falando dessas ações de cultura de paz de proteção escolar. A Vereadora esteve no evento com o Prefeito Ricardo Nunes, do botão de alerta, mas acho que o mais importante é a gente compartilhar algumas ações que a Secretaria já vem fazendo no caso da educação, que são as Comissões de Mediação de Conflito e Cultura de Paz.

São mais de 30 mil atendimentos do Núcleo de Atendimento Especializado, o NAAPA. Para quem não conhece, o NAAPA é o Núcleo de Apoio às Aprendizagens: são professores da rede que tem uma dupla formação de psicologia e psicopedagogia que atuam em itinerâncias nas escolas, justamente fazendo esse trabalho com os nossos estudantes. Os nossos grêmios estudantis é uma lei dessa Casa, de incentivo à criação de grêmios. Nós entendemos que esse protagonismo jovem também é importante na cultura de paz e na mediação de conflitos e a participação comunitária, quer seja nas APMs, ou nos conselhos de escola; a segurança urbana, além do patrulhamento da Guarda e da ronda escolar.

É sempre bom lembrar também das ações de proteção, como Gepad, o Canil e a Criança sob nossa Guarda, que são feitos pela Guarda Civil Metropolitana; a Secretaria de Saúde com o Programa Saúde na Escola, que é o PSE e o Núcleo de Prevenção à Violência, o NPV; a assistência social com acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e o CCAs, que são os Centros de Criança e Adolescente, conveniados com a Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania. O diálogo com os Conselhos Tutelares e a

educação dos direitos humanos.

Algumas parcerias que nós temos já atuando há alguns anos na rede: o Instituto Vladimir Herzog, com o curso *Respeitar é preciso a educação em Direitos Humanos*; o Instituto Mídia Paz, com o curso de *Comunicação não violenta*; a Fundação Getúlio Vargas, com o projeto Na Moral, oficinas com jovens de 13 a 15 anos; e o Instituto Liberta, que faz um trabalho grande de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Logo que houve o episódio da escola Thomásia, que é aquela escola do Estado na Vila Sônia, nós reunimos as Secretarias de Assistência, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana para pensar ações preventivas e que nós pudéssemos trabalhar conjuntamente, potencializando essas ações. Recentemente, vários Vereadores estiveram presentes, o Prefeito fez um anúncio na Prefeitura dessas sete medidas, que é a criação de um Comitê de Proteção Escolar com a participação dessas Secretarias. A ideia desse comitê é justamente potencializar as ações de promoção da cultura de paz, de prevenção, de rodas de conversa, ações de promoção da cultura de paz. A gente já tinha se reunido antes do comitê ser instituído. Agora, ele foi instituído e amanhã haverá a primeira reunião oficial desse comitê. O protocolo integrado, que já foram feitos os dois primeiros protocolos.

A ideia é pensar em outros protocolos, os protocolos também preventivos de encaminhamento, quer dizer, aquele jovem que precisa, além de estar na escola, precisa de uma atenção especial, precisa estar no CCA, precisa que a UBS faça um atendimento; o botão de alerta, que eu fiz referência, e o grande objetivo do botão de alerta é que ele não seja usado, mas é mais uma ação para que as escolas possam ter esse contato; o aumento na ronda escolar por parte da Guarda Civil Metropolitana; a ampliação do programa Mães Guardiãs, que são as mães com Programa POT, Operação Trabalho; a ampliação de 25% das equipes do NAAPA, que eu fiz referência antes e também um gabinete Integrado de segurança escolar, aí juntando Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil Metropolitana para pensar essa ação de proteção.

E eu queria reforçar uma questão, aproveitando a audiência pública da TV Câmara.

Quero reforçar a todos que pais e mães receberam, nos últimos tempos, uma série de ameaças por WhatsApp. Então, quero reforçar o seguinte: não repassem. Qual é a orientação? Só mandem para as autoridades. Como? Ou pelo *link* do Ministério da Justiça ou pelo *link* do 190. Esse é o único encaminhamento que deve ser feito. Porque só as forças policiais, quer sejam do Governo federal, quer sejam do Governo do Estado, têm capacidade investigativa para separar o que é *fake news* do que pode ser uma potencial ameaça verdadeira e conseguir atuar preventivamente para prender quem eventualmente esteja com essa tentativa de fazer algum tipo de invasão em unidade escolar. E nós devemos caminhar muito na linha da proteção, da mediação, da cultura de paz, que é o que eu fiz referência anteriormente.

É sempre bom que a gente reforce a autonomia das escolas. Então, trago os dados do PTRF. O PTRF – Programa de Transferência de Recursos Financeiros também é uma lei desta Casa, é aquele dinheiro que vai direto para a escola. Salvo engano, essa lei é do Vereador Paulo Frange. E nós temos aumentado consideravelmente esse valor, o que permite, à escola, autonomia, quer seja para as pequenas manutenções, não ter que ficar esperando uma licitação, projeto; mas também autonomia pedagógica. Se os professores precisam que se compre determinado material, que se compre determinado instrumento, a escola, tendo mais recursos, tem mais autonomia para colocar em prática o currículo e também praticar ações de cultura de paz, ações de potencialização da comunidade escolar.

O material e o uniforme também são uma lei aprovada pelo município e também houve uma mudança no sistema, passando, antes, da aquisição centralizada para a aquisição por meio de aplicativo, onde pais, mães ou responsáveis podem procurar uma loja e comprar o material, tendo autonomia, inclusive, para falar “Não, o agasalho ainda está bom, eu preciso de mais camiseta” e, por aí, poder fazer, com sua autonomia, essa compra.

Em 2022, liberamos esse crédito pela primeira vez, de forma inédita, em dezembro. Agora está unificado. Antes eram dois aplicativos, agora foi em um único aplicativo. Lá no início, quando houve essa mudança, de fato ocorreram alguns problemas, que foram solucionados, e no ano de 2023, nós já não tivemos mais esse problema. Hoje estamos falando de material em

479 lojas e de uniforme em 409 lojas na cidade de São Paulo.

Só para os Srs. Vereadores verem, o nosso grande objetivo era facilitar a vida da mãe, do pai, do responsável. Aqui, ele traz um mapa de como estão distribuídas as lojas pela cidade de São Paulo. O programa trouxe uma segunda questão, que é o fomento ao comércio local, às pequenas lojas, às pequenas papelarias. Quer dizer, ao invés de nós importarmos esse produto da China ou de algum país e ter um único fornecedor, nós passamos a ter mais de mil fornecedores. Eu estive em algumas lojas, e também houve a geração de empregos. Quer dizer, as lojas, as papelarias, elas contrataram profissionais por conta do programa de material e uniforme com a Prefeitura, além de garantir, como eu falei, essa autonomia. Outro dia, eu vi, por exemplo, que a Cufa – Central Única das Favelas criou também uma cooperativa para produzir o uniforme e vender esse uniforme. Então, também são alternativas de geração de renda, de emprego, além da descentralização da ação.

Aqui, falamos também do Mães Guardiãs, a que já fiz referência no início. Só lembrando: em 2021, nós vínhamos de um período de pandemia e da retomada das atividades presenciais. Então, em parceria com a Secretaria do Trabalho, a SMDET, nós criamos, usando o programa POT – Programa Operação Trabalho, as mães guardiãs, que era para apoiar as escolas justamente na efetivação dos protocolos sanitários. O programa deu certo, e aí nós ressignificamos ele agora, para que as mães atuem na busca ativa, sejam agentes de busca ativa escolar justamente por serem da comunidade, estarem próximas aos territórios, conseguirem. Então, a rotina é: todo dia de manhã, as mães guardiãs passam nas salas, pegam com o professor como está a presença; aí, comparam isso com o WhatsApp, e aqui não é para fazer nenhuma propaganda, mas virou o veículo de comunicação com as famílias. E, aí, verifica-se se a família avisou: “olha, meu filho foi ao médico”, se há alguma questão. E aqueles que porventura não avisaram da ausência, já fazem contatos com as famílias justamente para que a gente não deixe ninguém para trás. Então, o objetivo é de agentes de busca ativa escolar.

Aí, outra ação, da fila de creche. A Câmara Municipal acompanha, e durante muito tempo esse foi o principal desafio. Em diversas gestões da cidade de São Paulo, o desafio foi

justamente o atendimento de crianças de zero a três anos e 11 meses. Chegamos a ter uma fila de 200 mil crianças nas creches, e desde 2020, estamos com essa fila zerada. Isso se deu ainda com o Prefeito Bruno Covas e o Prefeito Ricardo Nunes vem mantendo a cada trimestre essa fila zerada, e já estamos no terceiro ano consecutivo da fila de creche zerada; ou seja, as crianças de São Paulo tendo o atendimento garantido. Vale lembrar que, hoje, a mãe, pelo Programa Mãe Paulistana, faz o pré-natal, recebe o enxoval e já no quarto mês de gestação pode escolher a creche.

Outra ação foi efetivada agora, no início do ano, o TEG – Transporte Escolar Gratuito e a alteração de 2km para 1,5km. Antes, quais eram os critérios de elegibilidade do programa? Era toda criança com deficiência ou aquelas que residissem a mais de 2km da escola. É sempre bom frisar: 2km da residência se o Poder Público não ofertar uma escola. Muitas vezes, se quer uma escola específica. Mas se tiver uma escola a menos de 2km, para a escola específica não existe o transporte escolar gratuito. Porque, aí, é uma liberalidade, é uma opção da família, cujo filho vai estudar nessa escola. Nós estamos passando para 120 mil bebês e crianças sendo atendidas pelo TEG – Transporte Escolar Gratuito.

Outra ação é o programa Cuidando da Escola. Nós fizemos um pregão e a contratação de 600 profissionais com 54 equipes formadas: eletricista, encanador, serralheiro, carpinteiro, servente, que apoiam as escolas. Eles atuam com esses profissionais, a escola compra pelo PTRF o material e as equipes fazem a instalação para as escolas. Foram mais de 2,1 mil atendimentos realizados para apoiar as escolas na manutenção.

Recreio nas Férias. Daqui a pouco estamos chegando ao próximo Recreio. Estamos ampliando parcerias para as crianças também visitarem museus, visitarem estádios de futebol, visitarem o SESC, visitarem outros equipamentos e ampliarem os seus horizontes culturais. Mas o recreio também foi aumentado e se levou em conta a questão de segurança alimentar. Então, duas ações os senhores se lembram. Durante a pandemia, houve o cartão-merenda, quando as crianças estavam em casa; agora, com as aulas presenciais nas unidades, elas fazem as refeições nas unidades escolares. Mas, durante o período de férias, são distribuídas as cestas-

básicas para o pessoal que está no CadÚnico, com pobreza, extrema pobreza e também, no recreio e nas férias, há alimentação quer seja em julho, quer seja em janeiro.

Próximo: bom, nós temos hoje, na rede, comparado com outras redes, um número baixo de contratação. A média Brasil é 22% a 25%. O município de São Paulo está em torno de 6% de contratações temporárias, mas, em algumas regiões, como a região Sul, é uma região que sofre bastante com a ausência de professores. Então, foi criada também, por esta Casa, a GLT, Gratificação de Local de Trabalho, com remuneração aí de até 1.500 reais. Hoje, nós a estamos colocando em 530 escolas e o critério foi justamente a rotatividade, aquelas escolas que têm maior número de pedidos de remoção e maior número de professores contratados, justamente com o objetivo de apoiar a fixação dos professores.

A outra alteração que nós fizemos foi no PDE, que é o Prêmio de Desempenho Educacional. É também uma lei municipal. Eu queria lembrar que nós tivemos, a partir do ano passado, um *plus* pelo zero faltas, mudando o critério, para que quem tivesse zero faltas ganhasse um *plus* e o dado que nós temos é um salto de 10.600 servidores com zero faltas em 2021 para 17.700 com zero faltas em 2022.

Próximo: trazendo um dado importante em relação aos concursos, eu não vou entrar no detalhe, mas nós tivemos, em 2021, a nomeação de 3.803; em 2022, 2.648 e, em 2023, já 701. Nós continuamos fazendo as chamadas. Nessa semana mesmo, nós fizemos a chamada de PEI. Estamos pedindo mais uma chamada ainda do concurso de 2015, mas, saiu também, anteontem, a autorização para o novo concurso de PEI e o novo concurso de ATE. E está, em execução, o concurso para PEIF e Fundamental 1 e Fundamental 2.

Próximo: com relação aos estagiários, nós temos hoje 5.399 estagiários, de seis mil vagas que nós já temos contratadas com CIEE. Só lembro que eles atuam em dois programas, na alfabetização e no apoio às salas que tenham alunos com deficiência. Vale lembrar que nós estávamos com muita dificuldade de alocação dos estagiários, embora houvesse o contrato com o CIEE, embora houvesse recurso, embora houvesse a vaga.

Esta Casa aprovou, no final do ano passado, uma lei reajustando a bolsa, criando a

de 30 horas semanais. Então, hoje, o valor da bolsa passou a ser de 2.200 reais por mês, e a gente já nota um aumento na procura por essas vagas. Então, hoje das seis mil que nós temos, 5.399 já estão preenchidas e nós pretendemos, assim que preencher as seis mil, ampliar para mais três mil vagas.

Próximo: falando em educação especial, nós também ampliamos o número de AVEs, Auxiliar de Vida Escolar.

Ele atua no apoio aos alunos com deficiência. Lembro que não são todos os alunos com deficiência. São aqueles que têm dificuldade de alimentação, locomoção e higiene. Ao todo, nós passamos de 1.200 para 1.950.

Próximo: em relação ao piso municipal, antes da lei do ano passado, era de 3.832 e passou para 5.050 com o abono complementar. Nas unidades conveniadas, nós estamos praticando o piso nacional do magistério. Então, de 3.044, passamos, no ano passado, para 3.845. E também foi estendido o prêmio para as unidades indiretas.

Próximo: em relação ao plano de metas, nós temos aí três novas metas: a realização de adequações e reformas em 1.915 unidades, reforma de 46 CEUs – depois eu vou entrar no detalhe. Nós temos 26 já em execução da reforma e outros 20, que vão fazer a licitação para reforma – e ampliar em 35% o número de estudantes atendidos no Programa São Paulo Integral, e três já estão cumpridos, a implantação do protocolo integrado de atendimento para primeira infância – é uma ação conjunta com a Assistência Social, Saúde, Educação e Direitos Humanos – ampliação, em 70%, na oferta de curso na temática étnico-racial para os educadores da rede, pelo NEER e também ofertar cursos de idioma para estudantes na rede municipal nos CEUs. Nós já estamos em 31 CEUs. Ontem mesmo, tivemos o curso de Alemão no CEU Cidade Dutra, e vamos expandindo, para chegar a todos os 58 CEUs.

A Vereadora Elaine esteve lá no lançamento. Nós recentemente lançamos o currículo, orientações pedagógicas para a educação antirracista. Faz parte e adquirimos bonecas, não só loiras de olhos azuis. Então, é uma ação de combate ao racismo. Está alinhado com o programa da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, com a Secretária Marta

Suplicy, do farol de combate ao racismo estrutural.

Esta Casa também colocou, no orçamento, por iniciativa da Vereadora Elaine, recursos e eu queria aproveitar a oportunidade para prestar contas. Além das bonecas, bonecos e do material do currículo que vai para todas as escolas, é a prática da educação antirracista e as orientações pedagógicas. Também adquirimos 741 mil livros literários. São 178 títulos de autores negros, de cultura africana e afro-brasileira. Essas três iniciativas somam hoje 52.700.000 reais nessa ação antirracista.

Próximo: com relação ao plano pedagógico, ele tem três eixos: formação, articulação e acompanhamento. O plano de ação 2023 levou em conta dados do panorama 2022 e dados de aprendizagem dos estudantes, o mapa de necessidades formativas da rede, mapeado aí pelas Dipeds. As Dipeds são as divisões pedagógicas das regionais. São 13 DREs com 13 Dipeds e dados de atendimento, retenção, invasão e baixa frequência, em diálogo com a supervisão escolar.

Próximo: há o plano de ação focado nas metas estabelecidas pela rede municipal, quer seja de aprendizagem, o Idep, o Índice de Desenvolvimento Paulistano, para o ciclo fundamental 1 e para o fundamental 2.

Quanto tempo ainda tenho? (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Olha, Sr. Secretário, gostaríamos de ouvi-lo até amanhã, porque realmente é muito extenso, mas eu consultaria os colegas, os nobres Vereadores, se ele deve falar mais, ou encerrar em cinco minutos, para que os senhores tenham a fala também.

Temos um inscrito até agora. (Pausa). Mas já passou o prazo também. Então, consulto V.Exas.: até que horas gostariam de ouvir o Secretário? Porque tem material até amanhã.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sra. Presidente, é importante o Secretário trazer os números e, assim, possamos também ter um tempo para dialogar com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Estamos agora no horário de dez para as três.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, são duas e quarenta.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É verdade, são duas e quarenta. Mais dez minutos, então, está ótimo. Secretário, por favor, resume mais um pouco.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Vou acelerar então.

O Plano Pedagógico, não vou entrar no detalhe, mas passa pela formação, pelo acompanhamento e pelo treinamento. Também vou disponibilizar esse material, depois, com todos os dados para os senhores.

Próximo. Mais um, por favor. Aqui são os dados do NAAPA que fiz referência, que é o núcleo de apoio pedagógico para aprendizagem, e o crescimento do atendimento do NAAPA, passando de 6.126, em 2019, para 30.054, em 2022.

Próximo: diz respeito ao acompanhamento do São Paulo Integral. Em 2019, tínhamos 146 escolas e, agora, 211 escolas, mais de 32 mil estudantes atendidos no ano de 2022 e, agora, para 2023.

O *slide* seguinte é do Centro de Línguas, que já falei, do CELP. Vou falar rapidamente, e peço para passar mais duas imagens para a frente, por favor. De infraestruturas e obras só dar um resumo.

Temos, hoje, 321 reformas em execução, entre obras novas e reformas; 688 em projeto ou licitação; e 257 concluídas, além de 95 coberturas de quadra e novas unidades educacionais.

Os CEUs, como fiz referência, temos 26 já em execução, a reforma dos CEUs. Então, só lembrando: tivemos os CEUs chamados da primeira geração, os CEUs da segunda geração, que, carinhosamente são chamados de CEUs da Marta, CEUs do Kassab, portanto, eles passam por essas reformas, que são os 46 CEUs.

Em relação ao Orçamento do primeiro trimestre, tivemos como receita inicial, para o município, 64 bilhões, sendo para a Educação, realizado, 13,710 bilhões. No caso de recursos empenhados foram 8,512 bilhões e o FNDE mais a Educação Inclusiva foram 9,438 bilhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Deixo, depois, Vereador. (Pausa)

Com relação às receitas do Fundeb, a receita prevista era 6,662 bilhões, as realizadas foram 1,366 bilhão. Comparado com o primeiro bimestre de 2022, temos um aumento de 1,107 bilhão para 1,366 bilhão. Com relação ao total de recursos do Fundeb, disponível para a utilização são 1,702 bilhão.

Próximo. Os recursos do Fundeb aplicados 978 milhões. Aqui cabe um registro. A cidade de São Paulo aplica cem por cento do recurso do Fundeb com pessoal. Pela Lei do Fundeb, precisa aplicar, no mínimo, 70% com pessoal, e pode aplicar 30% com outras atividades educacionais. No caso da cidade de São Paulo, a receita do Fundeb vai integralmente para a remuneração dos profissionais, para pagamento da folha.

Nesse sentido, temos de receitas e transferências do FNDE: 859 milhões, que é a previsão, realizados 168 milhões do total de receitas, porque, além do Fundeb, tem o Salário Educação, o Programa QESE, outras transferências, que dão um total de 168 milhões já realizados.

O próximo é o Quadro de Despesas, que tem 6,9 bilhões empenhados. Em pessoal e encargos, 1,968 bilhão. Em investimentos, 53 milhões. Só lembrando que a folha vai sendo empenhada mês a mês. Você não empenha a totalidade da folha. Então, a cada mês, você vai fazendo esse empenho da folha.

Esse pode pular, vai para o gráfico, por favor. Esse. Então, do total do primeiro trimestre de 2023, de 8,9 bilhões, temos 6.7 Tesouro Municipal; o Fundeb 1,4 bilhão; e outras transferências federais, como o Salário Educação, 695 milhões.

O próximo é sobre a evolução total do Empenho por Fonte de Recursos, então, da Fonte Municipal temos, agora, 2023, no primeiro trimestre, 75.79, que é a Fonte 00; transferência federal 7.76; o Fundeb 16.45, fazendo aquela ressalva que falei há pouco, a folha vai sendo empenhada mês a mês.

O seguinte é um detalhamento do Quadro de Despesas por Subfunção. Depois, o Quadro de Despesas por Atividade, no trimestre.

E, daí, trago, para não alongar mais, algo em relação ao fechamento de 2022. Quer dizer, foi um total de 20.7 bilhões, sendo 12.8 bilhões do Tesouro; transferência federal foram 800 milhões; Fundeb 7 bilhões; que representou 28.34% com o FNDE.

Acho que vou parar por aqui, como solicitado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Secretário, muito boa a apresentação.

Muito trabalho, tanto que as nossas escolas municipais parecem ser – algumas – melhores do que as escolas pagas, as escolas particulares.

Queria pedir ao senhor, Secretário, por favor, que me encaminhe esse material para que eu repasse para todos os membros da Mesa, e todos os colegas. Seria melhor? (Pausa). Ah, já está no grupo da Comissão, que ótimo. Já repassamos então. Perfeito.

Tem a palavra, pela ordem, Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Vou falar rapidamente, Secretário. Obrigado pela presença. Cumprimento o senhor, porque, em algumas oportunidades, não tivemos a presença de V.Exa. Muito importante sua vinda, pois prestigia essa Comissão da Câmara Municipal.

A apresentação do Secretário é muito longa mesmo, sabemos que precisaria de mais duas ou três horas para ver e dialogar melhor, mas alguns pontos eu gostaria de destacar para que pudéssemos justamente conversar um pouco mais.

Tenho acompanhado muitas escolas, e muitas escolas em diversas DREs, Secretário. E não sei se foi um ato falho, mas tem muito a ver com o que vou falar, que é a Educação de Jovens e Adultos. Não vimos na apresentação, até por ter passado várias imagens e o tempo ser muito curto. Então, eu não vi nenhum movimento em relação à Educação de Jovens e Adultos. Sabemos que há, na cidade de São Paulo, uma quantidade muito grande de pessoas de analfabetismo e que desejam voltar a estudar.

Temos visto, Secretário, uma ação, parece até que coordenada, não sei, por isso queria ouvir do Secretário, se isso é uma determinação da Secretaria Municipal de Educação para as Diretorias Regionais de Educação, para que não abram as salas da EJA. Temos ido às escolas que têm a lista, que têm os alunos querendo estudar, e tem uma impossibilidade, as

DREs criando dificuldades para que a gente abra, para que os alunos consigam ter acesso à Educação, um Direito Constitucional a esses alunos que não tiveram oportunidade na idade correta.

Então, a gente está vendo um número absurdo de salas de EJA sendo fechadas na cidade de São Paulo, a maior da América Latina, com um orçamento de cem bilhões de reais e quase 35 bilhões no caixa da Educação. Pergunto ao Secretário, portanto, se há alguma determinação e por que está havendo essa dificuldade. Inclusive, depois eu posso passar a V.Exa. dados de várias escolas e DREs, porque parece ser algo orquestrado.

Outro ponto sobre o qual eu gostaria de dialogar um pouco é sobre a educação inclusiva, dos estagiários nos dois programas e dos AVEs. Há escolas em que o número de crianças com deficiência está aumentando, uma realidade na rede municipal de ensino e da cidade como um todo. Há escolas com 35, 40 crianças com deficiência, mas com apenas um AVE e sem nenhum estagiário, e os pais estão se organizando e fazendo um rodízio para que seus filhos possam frequentar a escola, já que nem todas as crianças com deficiência estão podendo ir todos os dias. Em uma sala de 37 alunos, sendo quatro delas com deficiência, é humanamente impossível desenvolver algum trabalho pedagógico de qualidade com apenas um professor.

O terceiro item que eu gostaria de discutir é sobre a limpeza nas escolas. Eu tive a oportunidade de encontrar S.Exa. na caminhada pela paz da EMEF Perimetral, uma escola com 1.500 alunos em uma área de mais de seis mil metros quadrados com apenas três trabalhadoras da limpeza. São três turnos nessa escola, onde também é oferecida a EJA, sendo uma trabalhadora para cada um deles. Eu falei com as trabalhadoras de lá e também de outras escolas, pois muitas são as que estão nessas condições, e é um trabalho análogo à escravidão. Infelizmente, eu tenho que falar isso, pois essas empresas exploram essas trabalhadoras, muitas delas negras e moradoras da periferia, e essa ação nós temos que interromper rapidamente.

Essa luta vem sendo realizada desde 2019 por nós. Inclusive, já acionamos o Tribunal de Contas do Município para a Secretaria Municipal de Educação reveja o Cadtec, que

é um modelo criado no Governo do Estado e importado para a Prefeitura, que vem destruindo o trabalho de limpeza das nossas escolas, pois é humanamente impossível, por exemplo, que apenas três trabalhadoras deem conta de limpar um espaço onde circulam 1.500 pessoas.

Sobre o PDE, acho que também cabe à Câmara Municipal fazer uma correção, Secretário. Muitos foram os trabalhadores da saúde que trabalharam durante todo o processo da Covid; inclusive, se contaminaram ou ainda estão se contaminando com o vírus. Obviamente, quando estão com Covid, esses trabalhadores têm que faltar e estão sendo penalizados duas vezes: pela Covid e pelo desconto do PDE. Talvez, então, possamos rever isso nesta Casa.

A última questão é sobre a violência contra as escolas. A violência não é das escolas, mas, infelizmente, vai para dentro delas. Ações absurdas estão sendo discutidas nesta Casa, projetos que versam sobre a aquisição de porte de armas por parte dos professores a fim de se combater a violência nas escolas, além da instalação de detectores de metal e o uso de *drones*, todas ações e sugestões fantasiosas, porque não dá para treinar um educador, uma educadora, para ter porte de arma contra a violência. Por isso, peço a ajuda do Secretário para barrar essas iniciativas nesta Casa, e que o Prefeito se posicione e vete projetos que eventualmente sejam aprovados aqui na Câmara Municipal.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Maria Lúcia, do Conselho de Escola, por dois minutos.

A SRA. MARIA LÚCIA – Secretário, Vereadores e Vereadoras, pessoal presente, boa tarde. Sou professora da rede municipal e, antes de vir para cá, já cumpri a minha jornada na JEIF.

A exposição do Secretário foi relativa ao macro, mas, como disse o Vereador, existe o chão da escola, onde são constatadas as condições reais da educação. No dia 7 de janeiro, a EMEI Padre Nildo do Amaral Junior, assim como várias outras, foi atingida por uma enchente, que derrubou seu muro, fazendo com que nós tivéssemos que ir para outra unidade escolar, que agora comporta os alunos de duas unidades. Apesar de os alunos estarem com o TEG à disposição, e nós, professores, estarmos dando o nosso melhor para que as crianças estejam

sendo atendidas da melhor forma possível, passados mais de dois meses, a escola apenas foi cercada por um muro feito de um material que eu acho que é zinco, mas nada de obra. Essa situação está dificultando o nosso trabalho e está sendo muito difícil, inclusive, para o território onde a EMEI Padre Nildo está inserida.

No dia 13 de abril, as mães marcaram uma audiência com o Secretário, mas, meia hora antes, quando já estavam na porta da Secretaria, receberam a notícia de que tinha sido cancelada a reunião em que elas entregariam um documento para ele. Hoje, elas não vieram, e nós temos que entender que as mães que moram em uma comunidade, em uma região longínqua, têm mais dificuldade para participar. Eu, apesar de ter me sacrificado, consegui vir, mas nem todo mundo tem dinheiro para isso.

Como eu moro perto da EMEI Padre Nildo, estou aqui não só como membro do conselho de escola e, portanto, como educadora, mas como moradora local e, portanto, cidadã, para falar que o muro precisa começar a ser feito, porque a gente tem uma preocupação muito grande com o entorno. Infelizmente, as mães não conseguiram conversar com o Secretário e lhe entregar o documento de reivindicação do muro, um abaixo-assinado. A gente sabe que existe a licitação, mas, pelo que eu estou vendo, há verba para isso.

Para concluir, eu gostaria de registrar, além da necessidade da construção desse muro, a nossa indignação por ainda não terem começado a sua construção, porque a escola precisa estar inteira para retomar as aulas das crianças na sua capacidade total.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Muito obrigada, Maria Lúcia. Está registrado.

Tem a palavra a Vereadora Elaine.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigada, Vereadora Edir.

Primeiramente, gostaria de reforçar a fala do Vereador Celso sobre as trabalhadoras das escolas. Nós temos visitado escolas de dois andares com apenas duas funcionárias, majoritariamente mulheres pretas da periferia de São Paulo, cuja função, às vezes, tem até que ser auxiliada pela comunidade escolar, tanto na limpeza como na merenda. Então, é uma

situação que a gente tem questionado há bastante tempo e que a gente gostaria de conseguir conversar mais sobre isso para a gente tentar resolver o problema dessas mulheres.

Em relação a isso também, queria pontuar a questão dos contratados. Temos visto também e vários profissionais têm nos procurado, porque não conseguiram renovar o contrato. Primeiro, a gente já tem um grande problema que é a quarentena. Então, os profissionais dão aula e precisam ficar um ano sem dar aula novamente para depois voltar a dar aula, por conta de um problema de criação de vínculo. Mas, de qualquer forma, há vários profissionais que poderiam ser recontratados, mas não foram. Inclusive, alguns disseram que não foram recontratados porque, segundo a DRE, eles não trabalharam, mas na verdade eles tinham ficado com Covid e tiveram que ficar licenciados. Enfim, várias questões que a gente poderia conversar também sobre os contratados.

Mas nós também fomos procurados por algumas pessoas que falaram que não estão conseguindo fazer a inscrição porque estão dentro de uma categoria que, por conta da pandemia, estavam ali dentro de uma questão de segurança, então, maiores de 60 anos, grávidas, profissionais gestantes não estão conseguindo fazer esse contrato, porque temos a portaria. Caíram partes dessa portaria de segurança, mas algumas partes não caíram; então, o próprio sistema com parâmetros anteriores não permite que as pessoas façam a inscrição. A inscrição acaba agora, dia 28, e aí, mulheres grávidas, pessoas maiores de 60 anos – inclusive, há um senhor que estava aqui e que veio conversar que não consegue fazer essa inscrição. É uma pessoa que está plenamente capaz de trabalhar, que tem experiência na rede. Então, essa é uma das questões.

Em relação ao currículo antirracista, há algumas questões. Primeiro, que o orçamento que a gente conseguiu aprovar na Casa para educação antirracista, que era muito fundamental, está congelado. Queria entender, acho que pela Fazenda, mas entender se há um compromisso da secretaria de tentar construir o descongelamento dessa verba, porque ela é muito importante.

Queria saber também e a gente manda isso, mas se a gente já conseguiu entregar os materiais em todas as escolas. O senhor falou em 741 mil livros. A gente tinha uma informação

de 750. Não sei se teve alguma alteração ou se eles ainda estão sendo entregues ou se já foram entregues; se eles estão sendo entregues nas unidades escolares ou para os educadores. Isso, nós vamos mandando.

Agora, a respeito da Meta 25 e 26, também fala da implantação e inauguração tanto de CEUs, como de novas unidades escolares. A gente percebeu que o indicador que antes era de implantadas/em funcionamento, agora, o indicador está entregue ou em obras. Então, isso muda um pouco a característica de quantos equipamentos a gente teria, de fato, entregue.

Então, a gente queria saber um pouquinho sobre isso também. São muitas perguntas. Acho que até comentei com Sesc, talvez quando a gente receber a presença do Secretário, vale a pena a gente pensar em um horário um pouco mais ampliado da nossa reunião para que a gente consiga fazer os nossos questionamentos e que o Secretário consiga responder. São muitas questões. A gente não vai conseguir responder todas, mas quero frisar que a nossa luta por uma educação antirracista é muito fundamental, Secretário.

Só para finalizar. A gente deu uma olhadinha nos dados da Fazenda. Então, talvez isso depois o senhor possa explicar melhor, mas só para dar um exemplo do que a gente olhou. Uma área como M'Boi Mirim que é três vezes maior em área, há cinco vezes mais estudantes, nove vezes mais estudantes negros, quatro vezes mais escolas, recebeu 3.5 milhões que é um terço da verba da região da Aricanduva. Então, é um recurso per capita 16 vezes maior.

Estamos citando esse exemplo, porque quando a gente fala de racismo estrutural, fica vago, a gente não entende exatamente o que é essa estrutura que compõe a manutenção do racismo. E aí a gente queria conseguir destrinchar esse tipo de discussão, para entender como ações como essa que farão, antirracista e o currículo antirracista da cidade, são fundamentais, mas como o conjunto das escolas e o conjunto das medidas das escolas é também fundamental para uma pauta de uma educação antirracista. Inclusive, começando pelas trabalhadoras dos serviços que não podem estar precarizadas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gostaria de solicitar ao Secretário que enviasse

as respostas e, já na próxima reunião, nós marcamos 1h30. Pode ser, Secretário, 1h30, pelo menos, na próxima reunião? Por favor, envie as respostas por escrito, o material, tudo. É muito importante.

Michele, você vai ter, meu amor, dois minutinhos para falar, porque já encerrou. 15h já encerramos o nosso horário.

A SRA. MICHELE ROSA – Perfeito.

Boa tarde a todos, todas, Vereadores, Secretário, e que nos acompanham aqui e à distância.

Como são muitos assuntos, elenquei dois, Secretário. Primeiro, quero dizer que eu sou Michele Rosa, professora de bebês e crianças na cidade de São Paulo e também componho a diretoria do Sinpeem.

O primeiro assunto, Secretário, é sobre educação inclusiva. A gente não quer reabrir a discussão se o lugar das crianças é na escola: é na escola. Isso é fato. Mas a forma como a educação inclusiva tem sido feita na rede municipal de São Paulo não tem sido a melhor possível.

Então, hoje, temos um número de crianças que necessitam de atendimento especializado bastante grande matriculadas em cada turma e o número de estagiários de AVEs e até PAEEs nas escolas é insuficiente. Então, a gente reivindica que o número de crianças por turmas seja diminuído.

A gente sabe que o Plano Municipal de Educação prevê a diminuição de crianças por turma, mas, na prática, a gente percebe que até em função dessas especificidades, está muito difícil desenvolver o trabalho pedagógico e garantir os direitos de aprendizagem das crianças, dos bebês, dos jovens, dos adultos. É importante a gente se debruçar sobre essa situação.

E aí, Secretário, trazer uma coisa que a gente já tem discutido com a SME que é sobre o atendimento lá na educação infantil. Hoje, o Centro de Educação Infantil não conta com estagiários PAEEs, AVEs e não é um atendimento menor. A educação infantil é importante.

Apesar de o currículo expressar que o cuidar e educar são atos indissociáveis, é muito difícil porque essa faixa etária tem especificidades muito delicadas. Os bebês e as crianças

pequenas precisam de mais auxílios no cuidado de si. Então a gente precisa, de forma urgente, que esse atendimento também seja estendido à educação infantil.

Também temos um problema quanto as professoras e professores PEIs. Não temos autorização para sermos designadas a PAEE, por exemplo. Então, a qualificação dessas professoras e professores é a mesma dos demais. A gente precisa de mudança na lei de forma rápida também, para que esses profissionais – professores e professoras – possam ser designados.

A redução de alunos por turmas é muito importante, porque, com a quantidade que a gente atende, hoje, fica inviável, especialmente quando a gente precisa atender de forma especial algumas crianças.

Para finalizar, a questão da violência. O senhor apresentou algumas medidas que foram adotadas em função desse triste episódio que a gente passou recentemente. Mas a violência nas escolas não é uma coisa tão nova. Teve um *boom* agora.

Então, nós temos passado por muitos problemas com escolas que são invadidas à noite; no final de semana, levam fios, levam equipamentos. Inclusive, a gente tem debatido sobre a questão da necessidade de instalar os equipamentos tecnológicos. Enfim, as escolas estão muito vulneráveis.

Então, queria que o senhor falasse um pouquinho sobre as medidas práticas que estão sendo pensadas e intersetoriais, porque só a escola não vai dar conta. A gente não defende militarização das escolas.

O Vereador trouxe a ideia dos projetos que estão surgindo e que são assustadores. A gente defende a cultura de paz. Mas a gente quer saber como é que a SME tem se articulado de forma intersetorial para atender de forma rápida e eficaz e combater a violência que está generalizada na nossa cidade, na nossa sociedade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Infelizmente, já encerrou o horário. Nós temos que descer agora. Vai começar a sessão às 15h.

Gostaria de marcar outra reunião com o Secretário, 1h30, pelo menos, porque uma hora foi muito pouco, porque tinha muita coisa para falar. Tudo bem, gente? Concordam? Tudo ótimo, então?

Não havendo mais nada a falar, encerramos esta audiência pública e, mais uma vez, agradecendo a presença de todos: da assessoria do Secretário, do Secretário, dos Vereadores e todos aqueles que falaram também.
